

## EDITAL - LICITAÇÃO PÚBLICA

### PROCESSO (LICITATÓRIO) N° 004/2024 PREGÃO (ELETRÔNICO) N° 003/2024

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA-PE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Praça Presidente Kennedy, n° 126, Centro – Cachoeirinha/PE, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 10.091.619/0001-02, através da Secretaria Municipal de **ADMINISTRAÇÃO** através de sua Secretária Municipal a **Sra. Adyanne Kelly Sobral de Moraes Costa** nomeada pela portaria n° 001/2022 - GAB, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, e demais legislação aplicável e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, ainda, informa que o processo em epígrafe será conduzido pelo Sr. **Marcos Antônio Alves de Moraes** nomeado pela Portaria n° 009/2024, de 16 de janeiro de 2024 para atuar como Agente de Contratação/Pregoeiro.

- **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 14h00min (quatorze horas) do dia 08/08/2024;
- **FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** às 07h00min (sete horas) do dia 27/08/2024;
- **ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS:** a partir das 07h00min (sete horas) do dia 27/08/2024;
- **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 10h00min (dez horas) do dia 27/08/2024;
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF);
- **LOCAL:** Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).
- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM;
- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de locação de veículos e máquinas com condutor e combustível, destinados a execução das atividades do Município, nas especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Este procedimento será realizado com a PARTICIPAÇÃO de AMPLA CONCORRÊNCIA DE EMPRESAS, e ao final da fase de lances será concedido o tratamento diferenciado a empresas do porte ME/EPP e equiparadas, conforme a Lei Complementar n° 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014.

*Assinatura*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



- 1.4. As quantidades constantes no certame, são estimativas não se obrigando a Administração pela locação da quantidade total.
- 1.5. O valor total aceitável para a presente licitação será **R\$1.833.540,82** (um milhão oitocentos e trinta e três mil quinhentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos).
- 1.6. A licitação será realizada por **ITEM**, conforme descrição constante no Anexo I - Termo de Referência.
- 1.7. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.8. Havendo qualquer divergência entre as especificações constantes do Sistema **www.bnc.org.br** e as presentes neste edital, prevalecerão as especificações do edital.
- 1.9. As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

**GABINETE DO PREFEITO**

Órgão: 02 - Poder Executivo

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Função Programática: 04 122 0403 2801 0000 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica.

**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

Órgão: 05 - Secretaria de Obras e Urbanismo

Unidade: 01 Departamento de Obras

Função Programática: 04 122 1502 2823 0000 Manutenção das Ações do Departamento de Obras

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

**SECRETARIA DE TRANSPORTES**

Órgão: 06 - Secretaria de Transportes

Unidade: 01 Departamento de Transportes

Função Programática: 04 122 1506 2829 0000 Manutenção das ações da Secretaria de Transportes

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica

**SECRETARIA DE AGRICULTURA**

Órgão: 07 – Secretaria de Agricultura

Unidade: 01 Departamento de Abastecimento/Agricultura

Função Programática: 20 122 2001 2833 0000 Manutenção das Ações da Secretaria de Agricultura/Abastecimento.

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

*Outros Serviços*





## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Bolsa Nacional de Compras – BNC ([www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br))

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. O referido processo licitatório, terá a participação de AMPLA CONCORRÊNCIA, ou seja, será permitido empresas de porte ME/EPP ou que sejam consideradas de Grande Porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6.2. A condição de microempresa e empresa de pequeno porte ou equiparadas, para efeito do tratamento diferenciado previsto na LC nº. 123/06 alterada pela LC 147/2014, deverá ser comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

2.6.2.1. Caso a empresa seja optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial da sede da Licitante **ou** Consulta ao Simples Nacional obtido através do site da Secretaria da receita Federal emitida dentro dos 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para abertura da Sessão e Declaração mencionando que a licitante é microempresa ou empresa de pequeno porte conforme a Lei Complementar 123/2006; ou

2.6.2.2. Caso a empresa não seja optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar Demonstração do resultado do exercício – DRE, CNPJ emitido no máximo a 30 (trinta) dias da realização da sessão, Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial da sede da Licitante emitida dentro dos 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para abertura da Sessão e Declaração

*Assinatura*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



mencionando que a licitante é microempresa ou empresa de pequeno porte conforme a Lei Complementar 123/2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da

*Carlyssuany*



contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá atentar-se ao sistema e marcar as opções disponíveis quando do envio da proposta, declarando em campo próprio do sistema quando solicitado.

3.4. No caso de participação de cooperativas, as mesmas deverão atender as condições estabelecidas na Lei 14.133/21, em especial ao artigo 16, devendo a documentação comprobatória ser apresentada juntamente com os demais documentos de habilitação exigidos no presente edital.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.15. A proposta inicial deverá ser enviada por meio eletrônico conforme exigências do Termo de Referência, demonstrando assim todos os custos que compõe a sua proposta.

3.15.1. Na proposta deverá ser indicado o preço unitário e total, expresso em real, entendido preço total como sendo o preço unitário multiplicado pela quantidade solicitada, com valores de até 02 (duas) casas decimais.

*Assinatura*



3.15.2. Valor total da proposta, expresso em real e por extenso.

3.15.3. Todas as folhas da proposta deverão estar assinadas com identificação do responsável técnico e pelo representante legal ou por seu preposto legalmente estabelecido.

3.15.4. A ausência de qualquer especificação exigida não ensejará a desclassificação a qual poderá ser sanada após a fase de lances, caso seja necessário, através de diligência.

3.15.5. O Agente de Contratação, havendo necessidade poderá realizar diligência acerca da proposta de preço apresentada, a fim de corrigir possíveis falhas/dúvidas, desde que não haja alteração (majoração) do valor ofertado.

3.16. Ao final da fase de lances será concedido prazo não inferior a 02 (duas) horas para que o licitante melhor classificado na fase de lances possa enviar a PROPOSTA READEQUADA AO SEU ÚLTIMO LANCE O QUAL SE SAGROU VENCEDORA PROVISORIAMENTE, informando a composição de custos por ele elaborada, para que a proposta readequada seja objeto de análise pela equipe técnica do município.

3.16.1. O prazo de envio da Proposta Readequada será o indicado no sistema eletrônico, desde que não cause nenhum prejuízo ao andamento do certame.

#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. *Valor Unitário e valor total do Item (no que se aplicar);*

4.1.2. *Indicar a Marca/Modelo (no que se aplicar);*

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

*Assinatura*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico e demais documentos que compõem a fase interna do processo de contratação, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer/apresentar os veículos quando solicitados.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

4.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no projeto.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e/ou Tribunal de Contas do estado de Pernambuco e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

*Assinatura*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

5.8.1. Até R\$ 10,00 oferta não inferior a R\$ 0,07 (sete centavos);

5.8.2. De R\$ 100,00 até R\$ 200,00 oferta não inferior a R\$ 1,00 (um real);

5.8.3. De R\$ 200,01 até R\$ 300,00 oferta não inferior a R\$ 2,00 (dois reais);

5.8.4. De R\$ 300,01 até R\$ 400,00 oferta não inferior a R\$ 3,00 (três reais);

5.8.5. De R\$ 400,01 até R\$ 500,00 oferta não inferior a R\$ 4,00 (quatro reais);

5.8.6. De R\$ 500,01 até R\$ 700,00 oferta não inferior a R\$ 5,00 (cinco reais);

5.8.7. De R\$ 700,01 até R\$ 800,00 oferta não inferior a R\$ 6,00 (seis reais);

5.8.8. De R\$ 800,01 até R\$ 1.000,00 oferta não inferior a R\$ 8,00 (oito reais);

5.8.9. De R\$ 10.000,00 até R\$ 15.000,00 oferta não inferior a R\$ 100,00 (cem reais);

5.8.10. De R\$ 15.000,01 até R\$ 25.000,00 oferta não inferior a R\$ 200,00 (duzentos reais);

5.8.11. Acima de R\$ 25.000,00 oferta não inferior a R\$ 300,00 (trezentos reais).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.9.1. A possibilidade de exclusão do último lance e o tempo previsto, conforme indica o item anterior, dependerá do sistema eletrônico de disputa.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

*Assinatura*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Pregoeiro, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes, no próprio sistema de disputa eletrônica ou sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

*Autenticado*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

*Assinatura*

5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.5. O Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que no prazo não inferior a 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5.1. O prazo de envio da Proposta Readequada será o indicado no sistema eletrônico, desde que não cause nenhum prejuízo ao andamento do certame.

5.20.6. É facultado ao Agente de Contratação/Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br>);

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)); e

6.1.4. Lista de Inidôneos e Inabilitados, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>; ou

6.1.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens “6.1.1.”, “6.1.2.”, “6.1.3.” e “6.1.4.” do subitem “6.1” acima, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.1.6. Poderá ser realizada consulta em qualquer outro site para verificação da situação de qualquer penalidade da licitante.

*Assinatura*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

6.3.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3.3. O licitante terá oportunidade de se manifestar a uma eventual desclassificação, em momento oportuno em fase recursal (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6.1 e 3.5 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6.1. O Licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar após a fase de lances, terá sua proposta examinada e avaliada por equipe designada para esta finalidade a fim de verificar se a proposta apresentada corresponde aos custos de composição por ele elaborada.

6.6.1.1. Proposta de Preços;

6.6.1.2. Planilha de demonstrativo de Custos da proposta;

6.6.1.3. Demais informações na composição da proposta.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

*Autenticado*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço global e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. A inobservância da disposição contida nos subitens anteriores poderá ser desclassificada a proposta.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência e neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, apenas da empresa melhor classificada (art. 63 II da Lei nº 14.133 de 2021).

7.1.1. Segue abaixo a documentação exigida para Habilitação Jurídica; Técnica; Fiscal, Social e trabalhista; e Econômico-financeira:

### **Habilitação Jurídica**

7.1.1.1. Documento de Identificação do(s) Sócio(s) administrador(es) e cotista(s) da licitante;

*Autenticado*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



- 7.1.1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 7.1.1.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 7.1.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 7.1.1.5. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 7.1.1.6. Sociedades Anônimas: Ata da Assembleia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembleia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal;
- 7.1.1.7. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

7.1.1.8. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**OBSERVAÇÃO: OS DOCUMENTOS ACIMA DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DE TODAS AS ALTERAÇÕES OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA, BEM COMO QUE ESTEJÃO REGISTRADAS NOS RESPECTIVOS ORGÃOS DE CONTROLE.**

**Habilitação Técnica**

7.1.1.9. Apresentar Prova de “CAPACIDADE TÉCNICA”, que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, quanto a locação de veículos e máquinas de grande porte, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. O atestado deverá ser de serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária, especificadas no contrato social vigente. Somente será aceito atestado expedido após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 6 (seis) meses do início de sua execução. Desta forma, é imperioso que a empresa tenha como atividade principal ou secundária a locação dos serviços.

7.1.1.9.1. Quanto a capacidade técnica poderá ser solicitada pelo agente de contratação/pregoeiro, cópias dos respectivos contratos ou notas fiscais.

7.1.1.9.2. Para fins da comprovação de que trata o subitem 7.1.1.9, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados ou que ainda estejam em execução com as características do objeto ora licitado. O atestado deverá identificar a entidade emissora, o signatário (nome e cargo) com dados para contato a fim de proporcionar eventual diligência.

*Assinatura*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 7.1.1.10. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) **emitido a no máximo 30 (trinta)** dias anteriores à data fixada para abertura da sessão;
- 7.1.1.11. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.1.1.12. Certidão de regularidade perante a Fazenda Federal (Certidão Negativa relativos aos Tributos Federais e da Dívida Ativa da União), na forma da lei;
- 7.1.1.13. Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 7.1.1.14. Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 7.1.1.15. Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal, na forma da lei;
- 7.1.1.16. Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, na forma da lei;
- 7.1.1.17. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

**Habilitação econômico-financeira**

7.1.1.18. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (2022 e 2023), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados, satisfazendo a seguinte equação:

7.1.1.18.1. Para efeito de aferição da capacidade econômica aceitar-se-á Índice de Liquidez Geral “LG”, Solvência Geral “SG” e Liquidez Corrente “LC”, superior a “1”, onde:

LG =  $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

SG =  $\frac{\text{Ativo Total (AT)}}{\text{Passivo Circulante (PC) + Exigível a Longo Prazo (ELP)}}$

*anyysany*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



LC = Ativo Circulante (AC)

Passivo Circulante (PC)

7.1.1.18.2. O Balanço Patrimonial limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

7.1.1.18.3. No caso de empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

7.1.1.18.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

7.1.1.18.5. Caso o licitante seja cooperativa tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil – financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

7.1.1.18.6. Conforme o caso será considerado, aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

**a) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):**

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**b) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA.):**

- Por fotocópia das páginas do livro Diário onde o balanço e as demonstrações contábeis foram levantados, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**c) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte):**

- Por fotocópia das páginas do livro Diário onde o balanço e as demonstrações contábeis foram levantados, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**d) Sociedade criada no exercício em curso:**

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

*anexos*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**Observação (1):** Em não se atingindo o Índice de Liquidez Geral “LG”, Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superior a “1”, deverá a empresa demonstrar de possuir capital social ou patrimônio líquido mínimo, conforme dispõe o § 4º do Art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, o valor de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, **mediante Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da licitante**, gerada e emitida dentro dos 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para abertura da Sessão ou **Estatuto/Contrato da Sociedade** devidamente arquivadas na Junta Comercial .

**Observação (2):** As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço e caso não seja apresentado, o Agente de Contratação reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

7.1.1.18.7. Os balanços emitidos via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital – (SPED), só será aceito mediante recibo de entrega emitido pelo Sistema, de acordo com o Decreto nº 8.683, de 25 de fevereiro de 2016”;

7.1.1.19. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão pública de processamento do processo de contratação;

7.1.1.19.1. Para licitantes com sede no Estado de Pernambuco, “Certidão Negativa de Processos Cíveis (PJe)” para Pessoa Jurídica, para Licitação, “Certidão de Licitação”, em instâncias de 1º e 2º graus, que indique a inexistência de processos de falência ou concordata tramitando nos sistemas do Processo Judicial Eletrônico;

7.1.1.19.2. Para os licitantes com sede em outros Estados, deve ser apresentada documentação equivalente em relação a Certidão Negativa de Falência, seja de processos físicos e/ou eletrônicos;

**OBSERVAÇÃO (1):** *Havendo mais de um documento em relação a certidão de falência (processos físicos e eletrônicos), deverão ser anexadas em forma de um único arquivo na opção de “Certidão Negativa de Falência ou concordata” no Sistema de Concorrência Eletrônica;*

**OBSERVAÇÃO (2):** Caso o Licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**OBSERVAÇÃO (3):** em se tratando de MEI – Micro Empreendedor Individual, deverá apresentar toda documentação exigida para habilitação;

**OBSERVAÇÃO (4):** quanto as documentações exigidas no Edital e que no sistema de Pregão Eletrônico não possuir campo próprio, poderá o licitante anexar todos os documentos em único arquivo através do campo “Outros Documentos”.

*Assinatura*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



**Habilitação Complementar**

7.1.1.20. Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da Licitante ou Consulta ao Simples Nacional, (gerada e emitida dentro dos 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para abertura da Sessão), **(apenas se a licitante concorrer como sendo do porte ME/EPP ou equiparadas)**.

7.1.1.21. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

7.1.1.22. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.1.1.23. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

7.1.1.24. Declaração de idoneidade;

7.1.1.25. Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP ou equiparadas. **(apenas se a licitante concorrer como sendo do porte ME/EPP ou equiparadas)**;

7.1.1.26. Declaração de responsabilidade de conhecimento dos requisitos do edital;

7.1.1.27. Declaração de inexistência de vínculo empregatício de parentes;

7.1.1.28. Declaração de elaboração independente de proposta;

7.1.1.29. Declaração de não trabalho forçado e degradante;

7.1.1.30. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação;

7.1.1.31. Declaração contendo a relação dos contratos assumidos, conforme indica o art. 4º § 2º da Lei 14.133/2021, que para obtenção dos benefícios a que se refere os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. O Agente de Contratação poderá verificar outros meios de aferição quanto aos contratos celebrados no ano-calendário.

7.1.1.32. Anexar fotos internas e externas da empresa (**CONTENDO A FACHADA DA EMPRESA “Identificação”**) contudo não exclui a possibilidade de Diligência “in Loco” por parte do Município. Ressalta-se que tais fotos apenas servirá para que a empresa demonstre a sua existência física no local indicado do seu endereço;

7.1.2. Não será aceito nenhum Protocolo em substituição aos documentos exigidos para Habilitação.

*Autenticado*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Neste certame não é permitida a participação de consórcio de empresas, pois há no mercado uma ampla oferta de empresas que possam participar do processo licitatório sem prejudicar ou restringir a competitividade ao certame, de conformidade com os processos licitatórios já realizados anteriormente no município para este mesmo objeto.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio que possa a Administração verificar a sua autenticidade quando for o caso.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou todas as DECLARAÇÕES, de conformidade com o exigido nos subitens “7.1.1.21”, “7.1.1.22”, “7.1.1.23”, “7.1.1.24”, “7.1.1.25”, “7.1.1.26”, “7.1.1.27”, “7.1.1.28”, “7.1.1.29”, “7.1.1.30” e “7.1.1.31”, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas.

7.7. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não forem enviados, podem ser solicitados em diligência realizada através do sistema, em formato digital, no prazo de 03 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação. Mas que a critério do Agente de Contratação já poderá indicar prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, sem a possibilidade de prorrogação de prazo.

7.8. A licitante poderá retirar ou substituir os arquivos encaminhados para o sistema até a data e hora indicada como sendo o horário limite para o recebimento das propostas.

7.9. Sempre que necessário, a administração poderá, em sede de diligência (Lei 14.133/21, art. 64), solicitar novos documentos objetivando:

7.9.1. Complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.9.2. Atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.10. O Agente de Contratação poderá, a qualquer momento, solicitar demais esclarecimentos que julgar necessários.

*Assinatura*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



7.11. Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado ao Agente de Contratação ou autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

7.12. Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos ou informações necessários para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.7.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando manifestada a intenção em recorrer, o prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data do deferimento da intenção.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

*Carlyssy*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema e somente poderá ser enviado através do sistema de Pregão Eletrônico.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.cachoeirinha.pe.gov.br](http://www.cachoeirinha.pe.gov.br), também que podem ser solicitados através do e-mail [comissaolicitacao@cachoeirinha.pe.gov.br](mailto:comissaolicitacao@cachoeirinha.pe.gov.br) ou que ficará acessível a qualquer interessado em examinar o processo licitatório que se encontrará na sala de realização da licitação situada a Avenida Boa Vista nº 977, Centro, Cachoeirinha-PE, CEP: 55.380-000.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

*Cupysup*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.5. fraudar a licitação;
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do Edital/Termo de Referência, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor total do processo indicado no Edital/Termo de Referência/Projeto Básico.

*Assinatura*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 10% (dez por cento) do valor total do processo indicado no Edital/Termo de Referência/Projeto Básico.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

*Assinatura*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133 de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através da plataforma de Pregão eletrônico:

10.3.1. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica e deverá ser enviado ao Agente de Contratação, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, única e exclusivamente através do sistema do Concorrência Eletrônica da plataforma BNC (**Bolsa Nacional de Compras**);

10.3.2. Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos, decidir sobre a impugnação;

10.3.3. O pedido de esclarecimento referente a este processo licitatório, deverá ser enviado ao Agente de Contratação, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, único e exclusivamente por meio eletrônico através do sistema de Concorrência Eletrônica da plataforma BNC (**Bolsa Nacional de Compras**);

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

*Ampy/5444*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site do Portal da Transparência do município em [www.cachoeirinha.pe.gov.br](http://www.cachoeirinha.pe.gov.br).

11.11. O licitante devidamente convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para o fazer sob pena de aplicação do §5º do artigo 89 da Lei 14.133/21.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.12.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO/PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS;

11.12.2. ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÕES;

11.12.3. ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO.

Cachoeirinha, 07 de agosto de 2024.

*Adyanne K. S. M. Costa*  
Secretária de Administração  
Mat 1426

**ADYANNE KELLY SOBRAL DE MORAIS COSTA**  
**Secretária Municipal de Administração**





PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



## ANEXO I

PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 003/2024

# TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO/PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS

*Carlysupel*



**TERMO DE REFERÊNCIA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OS SERVIÇOS DE  
LOCAÇÕES DE VEICULO DE GRANDE PORTE, VISANDO ATENDER AS  
DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA/PE.**

JULHO DE 2024

*[Handwritten signatures and initials]*





## Sumário



1.0	INTRODUÇÃO.....	3
2.0	FINALIDADE .....	3
3.0	JUSTIFICATIVA .....	3
4.0	DO OBJETO .....	5
5.0	DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	5
5.1	LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS .....	5
5.2	DOS VEÍCULOS.....	5
5.3.	DO CONTROLE.....	6
5.4	FISCALIZAÇÃO.....	6
6.0	DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.....	6
7-	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....	6
8.0	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: .....	8
9.	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO. ....	8
10.	DAS PENALIDADES .....	8

*M*  
*7/10/2014*  
*Carla*  
*Carla*

## 1.0 INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência tem por escopo descrever os itens, especificações técnicas, quantitativos e demais condições gerais de atendimento, a fim de permitir a **Locação de Veículos de grande porte para atender a necessidade do Município de Cachoeirinha/PE.**

## 2.0 FINALIDADE

2.1. Dar subsídios para permitir a contratação de pessoas jurídica para locação de veículos de grande porte para a utilização diária pelo Município de Cachoeirinha/PE

## 3.0 JUSTIFICATIVA

3.1 Os equipamentos descritos no presente termo são imprescindíveis para oferecer condições adequadas para execução dos serviços públicos prestados aos munícipes, possibilitado, assim, o desempenho das atribuições constitucionalmente impostas a esta municipalidade.

3.2 As várias demandas de serviços e atividade faz com que os quantitativos veículos não suportem as demandas da Prefeitura Municipal, sendo necessários o acréscimo para a realização de suas tarefas precípua no atendimento aos munícipes de Cachoeirinha/PE.

## 4.0 DO OBJETO

4.1. Este processo tem por objetivo contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos e máquinas com condutor e combustível, destinados execução das atividades do Município, nas especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência abaixo relacionados.





ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. EQUIP.	UNID.	QTD (DIÁRIA, MESES, HORAS E KM)
1	VEÍCULO motor a partir de 2.8; capacidade para 7 lugares, combustível Diesel, cambio automático, ar condicionado; vidros e travas elétricas; alarme; demais itens de segurança exigidos pelo CONTRAN. Veículo não inferior a 2022. Despesas de motorista e combustível por conta da contratante e demais despesas por conta da contratada.	1	MENSAL	06
2	VEÍCULO caminhão Compactador de Lixo, com coletor compactador de lixo de capacidade de carga compactada mínimo de 15 m³, carregamento traseiro, placa de compactação, placa injetora e sistema de sinalização. E os demais itens de segurança exigidos pelo CONTRAN. Veículo não inferior a 2021. Despesas de motorista e dois ajudantes e demais despesas por conta da contratada, combustível por conta da contratante.	1	MENSAL	06
3	VEÍCULO caminhão Pipa, com capacidade mínima de 8.000 litros. E demais itens de segurança exigidos pelo CONTRAN. Veículo não inferior a 2014. Despesas de motorista, combustível e demais despesas por conta da contratada.	5	KM	40.000
4	Veículo tipo caçamba basculante com capacidade mínima de 16m³. Veículo tipo caçamba basculante, capacidade mínima de 16m³, tração 6x4, potência mínima de 185 cv. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Veículo não inferior a 2018. Despesas de motorista, combustível por conta da contratante e demais despesas por conta da contratada.	2	DIÁRIA	312
5	Veículo tipo caçamba basculante com capacidade mínima de 16m³. Veículo tipo caçamba basculante, capacidade mínima de 16m³, tração 6x4, potência mínima de 185 cv. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Veículo não inferior a 2018. Despesas de combustível por conta da contratante e motorista e demais despesas por conta da contratada.	2	DIÁRIA	312
6	Veículo tipo caminhão baú frigorífico 3/4; equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Veículo não inferior a 2019. Despesas de motorista, combustível por conta da contratante e demais despesas por conta da contratada.	1	DIÁRIA	120
7	Retroescavadeira sobre rodas com carregadeira. Máquina retroescavadeira sobre rodas com carregadeira, 82 H, traçada 4X4, cabinada, com concha dianteira de no mínimo 1,3m³ e concha traseira de no mínimo 0,9m³. Veículo não inferior a 2022. Despesas de motorista, combustível por conta da contratante e demais despesas por conta da contratada.	1	HORA	1.500



8	Escavadeira hidráulica sobre esteira, caçamba 1,20m³, peso operacional 21t, potência bruta 155HP. Veículo não inferior a 2020. Despesas com combustível por conta da contratante e operador e demais despesas por conta da contratada.	1	HORA	1.000
9	Veículo tipo caminhão cesto aéreo iluminação pública, capacidade mínima de 4 t. Veículo não inferior a 2014. Despesas com combustível por conta da contratante e motorista e demais despesas por conta da contratada.	1	MENSAL	06

## 5.0 DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

### 5.1 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1.2 A abrangência dos serviços, objeto desta licitação, compreenderá toda a extensão territorial do Município de Cachoeirinha/PE.

5.1.3 Os equipamentos deverão estar disponíveis nos horários de funcionamento da Administração ou em dias e horários estabelecidos em conformidade as necessidades do órgão.

### 5.2 DOS VEÍCULOS

5.2.1 Os veículos deverão ser apresentados para o serviço sempre em perfeito estado de segurança, conservação e limpeza, cabendo a fiscalização tal julgamento.

5.2.2 Os veículos que não apresentarem condições de segurança e conservação adequados as suas respectivas utilizações, a critério da fiscalização, ou ainda, em caso de pane ou acidente, quando em serviço, deverão ser substituídos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, por outro similar.

5.2.3 Nos casos de extrema necessidade, devidamente comprovada, os veículos poderão ser substituídos, por prazo de até 15 (quinze) dias, por veículos similar, findo o prazo, deverá a contratada repor o veículo de acordo com as especificações originais do contrato.

5.2.4. Todas as despesas decorrentes da operação e manutenção da frota, tais como: lubrificação, desgastes devido ao uso ou acidente, e substituição de peças, pneus, consertos, etc. Serão de inteira responsabilidade da contratada.

5.2.5 Os seguros, multas, impostos, encargos sociais, Tributos Federais, Estaduais ou Municipais, serão de inteira responsabilidade da contratada.





### 5.3. DO CONTROLE

5.3.1 Caberá o município, a fiscalização do veículo, a observância da execução do contrato e das irregularidades encontradas para aplicações das multas cabíveis.

5.3.2. Não será permitido a utilização de veículos diferente do tipo do contratado.

5.3.3. Os veículos serão de uso exclusivo do serviço público, sendo vedado o transporte de pessoas estranhas ao serviço, durante o horário que estiver servindo ao Município.

5.3.4. Em caso de necessidade, quando a serviço a saída de veículos do perímetro do Município de Cachoeirinha/PE, será ser autorizada por servidor lotado no Setor de infraestrutura.

### 5.4 FISCALIZAÇÃO

5.4.1 Cabe à CONTRATANTE, a seu critério, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização dos serviços, por meio dos membros designados, sem prejuízo da obrigação da contratada fiscalizar seus empregados, prepostos e/ou subordinados, podendo o fiscal do contrato rejeitar no todo ou em parte os serviços julgados insatisfatórios ou que não atendam ao especificado no contrato.

5.4.1.1 A licitante participando da presente atesta aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

5.4.1.2 A existência e a atuação da fiscalização da contratante em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne à perfeita execução dos serviços e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

### 6.0 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Incumbe ao CONTRATANTE:

6.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

6.2- Atestar as Notas Fiscais/Faturas que estejam corretamente preenchidas e em conformidade com os quantitativos solicitados, por funcionário ou comissão competente, e efetuar os pagamentos à CONTRATADA.

6.3.- Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.

### 7- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Incumbe à CONTRATADA:

M  
H  
Carpina  
Carpina



- 7.1. Responsabiliza-se pelo cumprimento das especificações exigidas na cláusula primeira contrato;
- 7.2. Responsabilizar-se pelos recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos, que incidam ou venham a incidir sobre a lotação, objeto contratual.
- 7.3. Arcar com todos os impostos, taxas encargos, ônus e despesas relativas ao cumprimento do Contrato.
- 7.4. Acatar, à medida da necessidade do CONTRATANTE, com as eventuais alterações contratuais, nos limites da lei
- 7.5. Iniciar a locação dos veículos a partir da ordem de serviço, cumprindo o prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, para iniciar a locação ou substituição dos veículos.
- 7.6. Manter durante todo o prazo contratual, os quantitativos de veículos da frota, apresentados pela CONTRATADA, com vista ao cumprimento regular do contrato, devendo a mesma estar preparada para eventual necessidade de substituição de qualquer elemento, caso houver atrasos regulares, devidamente comprovados, através de reincidências.
- 7.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração do faturamento, que impliquem em aumento de despesas ou perdas.
- 7.8. Cumprir, durante a execução do Contrato, todas as Leis e posturas Federais, Estaduais e Municipais, pertinente e vigentes, sendo a única responsável por disponibilidade.
- 7.9. Prezar pelas condições ideais e adequadas de todos os veículos da frota em disponibilidade.
- 7.10. Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 7.11. Arcar com todas as despesas decorrentes de custos com peças e mão de obra na manutenção preventiva dos veículos em lotação.
- 7.12. Designar um preposto categorizado para comandar as ações de liderança e representatividade da empresa locadora perante o CONTRATANTE, servido de elo direito entre as partes.
- 7.13. Assumir, exclusivamente, a responsabilidade pelas locações, eventualidade, sublocada, como se as tivesse executada.
- 7.14. Participar à fiscalização do CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a locação, em partes ou no todo, comunicando por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da sua ocorrência
- 7.15. Responsabilizar-se exclusivamente, pelos danos causados aos equipamentos de sua propriedade, no caso de acidentes, roubos ou furtos e demais eventos, visto que a locadora é





obrigada a constituir os necessários seguros para cobrir em 100% (cem por cento) as despesas decorrentes de sinistros de quaisquer espécies.

7.16. Responsabilizar-se integralmente, pelos pagamentos referentes a locações e serviços prestados por terceiros, não cabendo ao CONTRATANTE, qualquer obrigação sobre eventuais débitos contraídos junto aos mesmos.

7.17. Observar as obrigações constantes do Termo de Referência.

7.18. Apresentar mensalmente, acompanhadas dos respectivos ordens de serviços, as Notas Fiscais/Faturas, onde devem estar especificados os materiais fornecidos, sua quantidade e seu valor.

## 8.0 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. As despesas decorrentes dos serviços, objetos da presente CONTRATO, correrão pela Dotação Orçamentária do exercício de 2024.

## 9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

9.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente, através de cheque nominal até 10º (décimo) dia útil, após a entrega da Nota Fiscal ou documento de cobrança, CORRETAMENTE PREENCHIDO.

## 10. DAS PENALIDADES.

10.1 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do contrato. Advertência;

10.2. Multa (que deverá ser reconhecida em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio do Documento de Arrecadação de Receitas municipais, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela contratante) de 2% (dois por cento) do valor total do contrato por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, a aplicada em dobro na reincidência

10.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.




PARÁGRAFO PRIMEIRO – Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente podendo, ainda, ser inscrito como Dívida Ativa do Município de Cachoeirinha/PE e cobrado judicialmente.






PARÁGRAFO SEGUNDO – No processo de aplicação de penalidade é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação.

PARÁGRAFO QUARTO – As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Carpina, 19 de Julho de 2024

  
Ramos e Lourenço Projeto de Engenharia LTDA  
CNPJ: 32.312.813/0001-03



OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE VEÍCULO(S) DE MÉDIO E GRANDE PORTES

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. EQUIP.	UNID.	QTD (DIÁRIAS, MESES, HORAS E KM)	VALOR (DIÁRIA, MES, HORAS E KM)	VALOR TOTAL GLOBAL
1	VEÍCULO motor a partir de 2.8; capacidade para 7 lugares, combustível Diesel; cambio automatico, ar condicionado; vidros e travas elétricas; alarme; demais itens de segurança exigidos pelo CONTRAN. Veículo não inferior a 2022. Despesas de motorista e combustível por conta da contratante, e demais despesas por conta da contratada	1	MENSAL	6	R\$ 16.071,53	R\$ 96.429,18
2	VEÍCULO caminhão Compactador de Lixo, com coletor compactador de lixo de capacidade de carga compactada mínimo de 15 m³, carregamento traseiro, placa de compactação, placa injetora e sistema de sinalização. E os demais itens de segurança exigidos pelo CONTRAN. Veículo não inferior a 2021. Despesas de motorista e dois ajudantes e demais despesas por conta da contratada, combustível por conta da contratante.	1	MENSAL	6	R\$ 37.213,49	R\$ 223.280,94
3	VEÍCULO caminhão Pipa, com capacidade mínima de 8.000 litros. E demais itens de segurança exigidos pelo CONTRAN. Veículo não inferior a 2014. Despesas de motorista, combustível e demais despesas por conta da contratada.	5	KM	40.000	R\$ 8,15	R\$ 326.000,00
4	Veículo tipo caçamba basculante com capacidade mínima de 16m3. Veículo tipo caçamba basculante, capacidade mínima de 16m3, tração fixa, potência mínima de 185 cv. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Veículo não inferior a 2018. Despesas de motorista, combustível por conta da contratante e demais despesas por conta da contratada.	2	DIÁRIA	312	R\$ 704,49	R\$ 219.800,88
5	Veículo tipo caçamba basculante com capacidade mínima de 16m3. Veículo tipo caçamba basculante, capacidade mínima de 16m3, tração fixa, potência mínima de 185 cv. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Veículo não inferior a 2018. Despesas de motorista, combustível por conta da contratante, e demais despesas por conta da contratada.	2	DIÁRIA	312	R\$ 937,11	R\$ 292.378,32



*Handwritten signatures and initials:*

- Top right: A large blue signature.
- Bottom left: "Compras" with a signature.
- Bottom center: "Faturar" with a signature.
- Bottom right: "Compras" with a signature.

6	Veículo tipo caminhão baú frigorífico 3/4; equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Veículo não inferior a 2019. Despesas de motorista, combustível por conta da contratante e demais despesas por conta da contratada.	1	DIÁRIA	120	R\$	813,26	R\$	97.591,20
7	Retroescavadeira sobre rodas com carregadeira, 82 H, traçada 4X4, cabinada, com concha dianteira de no mínimo 1,3m3 e concha traseira de no mínimo 0,9m3. Veículo não inferior a 2022. Despesas de motorista, combustível por conta da contratante e demais despesas por conta da contratada.	1	HORA	1.500	R\$	141,27	R\$	211.905,00
8	Escavadeira hidráulica sobre esteira, capacidade 1,20m3, peso operacional 21t, potência bruta 115HP. Veículo não inferior a 2020. Despesas com combustível por conta da contratante e operador e demais despesas por conta da contratada.	1	HORA	1.000	R\$	281,33	R\$	281.330,00
9	Veículo tipo caminhão custo aereo iluminação pública, capacidade mínima de 4 t. Veículo não inferior a 2014. Despesas com combustível por conta da contratante e motorista e demais despesas por conta da contratada.	1	MENSAL	6	R\$	14.137,55	R\$	84.825,30
TOTAL GERAL								R\$ 1.833.540,82

*[Handwritten signature]*



*[Handwritten signatures and initials]*







## ANEXO II

PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 003/2024

### MODELO DE DECLARAÇÕES CONJUNTAS

Ao Sr. Agente de Contratação

Pregão (Eletrônico): 003/2024

Processo (Licitação): 004/2024

**Objeto:** Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de locação de veículos e máquinas com condutor e combustível, destinados a execução das atividades do Município, nas especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.

A Empresa .....(nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo), por intermédio de seu representante legal infra-assinado, **DECLARA**, para os devidos fins, e sob as penas da Lei, que a empresa:

1. Atende plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
2. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021;
3. Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
4. Que **NÃO** foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como assume o compromisso de comunicar qualquer fato ou evento superveniente após à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira;
5. Que está enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006,

*Assinado*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

6. Tomou conhecimento do Edital e seus anexos e de todas as condições de participação na Licitação, declarando por fim, que aceita e submete-se a todas as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos;

7. Que na empresa acima qualificada, não existe sócio ou empregado com relação familiar ou parentesco no âmbito da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de Agentes Públicos (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, Procurador Geral do Município, e Vereadores) e de servidores investidos em cargo de direção, chefia ou assessoramento. Declaro ainda, que as informações prestadas são verdadeiras, assumindo a responsabilidade pelo. Seu inteiro teor, sob as penas da Lei;

8. Que a proposta apresentada para participar do Pregão (Eletrônico) nº **003/2024**, foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão (Eletrônico) nº **003/2024**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa. Que não tentou por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial do processo. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar no referido processo, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante das Secretarias Municipais de Administração, de Agricultura, de Transportes e da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo do Município de Cachoeirinha - PE. e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;

9. Não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho forçado ou degradante, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no Inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10. Inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)

OBS.:

- 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
- 2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ

*Assinatura*



## ANEXO III

# MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2024

PROCESSO (LICITATÓRIO) Nº 004/2024

PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 003/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ..... E .....

O MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA através da SECRETARIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_, (órgão contratante), com sede na \_\_\_\_\_, Centro, na cidade de Cachoeirinha/PE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.091.619/0001-02, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de \_\_\_\_\_, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, nomeado(a) através da portaria nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ - GAB, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado(a) na \_\_\_\_\_, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo (Licitação) nº 003/2024, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão (Eletrônico) nº 003/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de locação de veículos e máquinas com condutor e combustível, destinados a execução das atividades do Município, nas especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.

1.2. Itens da contratação conforme tabela abaixo:

*Assinatura*



ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE DE MEDIDA	MARCA / MODELO	QUANTIDADE (DIÁRIAS, MESES, HORAS ou KM)	VALOR UNITÁRIO / VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1							
2							
3							
...							

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência/Projeto Básico;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, compreendendo esse prazo de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



- 2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato independente de sua transcrição.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato independente de sua transcrição.

*Assinatura*



## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em 19/07/2024.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecidos pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por Termo Aditivo.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração tem o dever de decidir questões contratuais que lhe são apresentadas no prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

*Autenticado*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os veículos que não estejam de acordo com as exigências descritas no Termo de Referência/Projeto Básico;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.10. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal através de sites da internet, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) Certidão de regularidade perante a Fazenda Federal (Certidão Negativa relativos aos Tributos Federais e da Dívida Ativa da União), na forma da lei; 2) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; 3) Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; 4) Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal, na forma da lei; e 5) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, na forma da lei.

9.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.14. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

*Assinatura*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



9.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.25. Demais Obrigações do contratado constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

*Assinatura*



## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento **de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa:**
  - a. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;  
**A1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.**
  - b. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

*Assinatura*

- c. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- d. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- e. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 7% (sete por cento) do valor do Contrato.
- f. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 7% (sete por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

*Autenticado*



11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, caso não tenha sido aditado o prazo contratual.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

*Autenticado*

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_ deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Órgão:

13.1.2. Unidade:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

*Assinatura*



## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – GESTÃO e FISCALIZAÇÃO

17.1. O Gestor do referido Contrato será o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_ designado/nomeado através de designação/portaria e a fiscalização caberá o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_ também designado/nomeado através de designação/portaria.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cachoeirinha para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Cachoeirinha-PE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
(Nome do secretário(a) municipal)  
Secretário(a) Municipal de \_\_\_\_\_

*Carlyssup*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA – PE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1º: \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

2º: \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

*Assinatura*